



OS DESAFIOS DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO LGBT+ NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE DO BRASIL

Gabriel Couto Machado
Camilo Darsie

Introdução: A população LGBT+ é historicamente marginalizada e estigmatizada. Tal situação contribui para que não tenham muitos direitos e garantias fundamentais respeitados – especialmente aqueles estabelecidos pela Constituição Brasileira de 1988. Isso acaba se refletindo na Atenção Primária em Saúde (APS), por meio de atendimentos inadequados às realidades de muitos: seja por causa de preconceitos – de maneira direta ou indireta –; seja por falta de treinamento adequado, que muitas vezes pode ser traduzido como negligência do Poder Público ou falha no campo da formação em saúde. **Objetivo:** Explanar de maneira crítica sobre as dificuldades que a APS enfrenta ao atender a população LGBT+ e sobre os modos como essas pessoas são prejudicadas por tais problemas. **Metodologia:** Pesquisa de caráter qualitativo, com base em revisão bibliográfica que considerou a última edição do Tratado de Medicina de Família e Comunidade, documentos oficiais do Ministério da Saúde do Brasil, a Constituição Federal de 1988 e artigos científicos encontrados nas plataformas Google Acadêmico, a *Scientific Electronic Library Online* (SciElo). O período temporal selecionado foi o ano de 2017 até o presente momento. **Resultados e Discussão:** A população LGBT+ sofre constantemente com processos discriminatórios e segregação; muitas vezes são violentados fisicamente e verbalmente em espaços públicos apenas por demonstrarem pequenos sinais de afeto, são abandonados por suas famílias e deixados a própria sorte, sofrem bullying em espaços educacionais e no caso específico das pessoas trans, conforme dados, são frequentemente assassinadas por volta dos 30 anos. Tais processos fazem com que muitas vezes a população LGBT+ ocasionam, entre outras coisas, problemas como depressão e ansiedade. Esse tipo de realidade faz com que dependam intensamente da saúde pública. Neste caso, a porta de entrada é a APS, fato que faz com que atendimentos acolhedores sejam indispensáveis. Entretanto, muitas vezes essa não é a realidade. Conforme demonstrado nos relatos da literatura, os usuários da APS deparam-se com preconceitos e falta de uma estrutura adequada para recebê-los, especialmente no que diz respeito aos aspectos biopsicossocioambientais. A situação contraria as diretrizes do

Sistema Único de Saúde (SUS) e impede que a população LGBT+ possa exercer seu pleno direito de acesso à saúde, ao exercício de suas sexualidades de maneira adequada.

Conclusão: Infere-se que a população LGBT+ demanda atenção para que possa exercer o pleno acesso à saúde. Assim, é preciso que a APS ofereça atendimentos humanizados, acolhedores e tecnicamente adequados. Para tanto, emerge a demanda de treinamento e aperfeiçoamento das equipes de saúde e de toda a estrutura que envolve o sistema público de saúde, além de promover debates e práticas educacionais durante a formação profissional de trabalhadores da saúde.

Palavras-Chave: População LGBTQI+; Atenção Primária em Saúde; Formação em Saúde; Políticas Públicas de Saúde.